



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003285-47.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Espécies de Títulos de Crédito**
 Requerente: **Masseli & Soares Comércio de Auto Peças Ltda ME**
 Requerido: **FZ Caçambas e Empreendimentos Imobiliários**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Masseli & Soares Comércio de Auto Peças Ltda ME propôs a presente ação contra a réu FZ Caçambas e Empreendimentos Imobiliários, requerendo a condenação desta no pagamento da quantia de R\$ 4.114,14, originada pelas notas fiscais nº 12.582, 12.583, 12.584, 12.807 e Danfe 99, que deram origem à emissão de boletos bancários que foram protestados por falta de pagamento, o que demonstra a inadimplência da ré.

A ré foi citada com hora certa às folhas 58, não oferecendo resposta (folhas 63), tornando-se revel.

A Defensoria Pública, no exercício da curadoria especial, apresentou contestação por negativa geral às folhas 67.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide porque impertinente a dilação probatória, orientando-me pela prova documental carreada (CPC, artigo 396).

Não obstante a revelia, o magistrado deve sopesar o alegado de acordo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

com o contexto probatório colacionado, uma vez que a revelia faz presumirem verdadeiros tão somente os fatos alegados pelo autor (CPC, artigo 319).

Aduz o autor que seu crédito é decorrente da emissão das notas fiscais nº 12.582, 12.583, 12.584, 12.807 e Danfe 99 (**confira folhas 02**).

Referidas notas fiscais encontram-se encartadas às folhas 17/21. Embora o nome constante do destinatário seja diferente do nome do réu, observa-se que o número do CNPJ é o mesmo, presumindo-se que, provavelmente, tenha havido alteração da razão social.

Todavia, todas as notas fiscais não apresentam assinatura do recebedor no campo próprio para esse fim (**confira folhas 17/21**). Dessa maneira, a autora não logrou comprovar que os produtos discriminados nas respectivas notas fiscais foram, de fato, recebidas pela ré.

Nesse sentido:

Ação de cobrança. Aquisição de produtos. **Nota Fiscal. Ausência de canhoto comprovando o recebimento da nota fiscal e assinatura do recebedor. Improcedência.** Apelação. Autor que não debelou seu ônus probatório. Inteligência do artigo 333, I, do Código de Processo Civil. Ausência de comprovação de que a mercadoria foi entregue ao réu. Sentença mantida. Recurso desprovido. (Relator(a): Virgílio de Oliveira Junior; Comarca: Andradina; Órgão julgador: 21ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 14/09/2011; Data de registro: 22/09/2011).

Diante do exposto, rejeito o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno o(a) autor(a) no pagamento das custas e despesas processuais. Sem condenação em honorários em razão da revelia.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 26 de junho de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**